



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

175.

QUINTA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL N.º 315190-8.

COMARCA DE ORIGEM: Recife – 18ª Vara Cível.

APELANTE: Banco Santander (Brasil) S/A.

APELADO: Alexandre Serpa Augusto.

RELATOR: Des. Agenor Ferreira de Lima Filho.

EMENTA: CIVIL E PROCESSUAL CIVIL - APELAÇÃO CÍVEL - NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS - AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - CONSUMIDOR NÃO CORRENTISTA - NEGATIVAÇÃO INDEVIDA RECONHECIDA - DANO MORAL CONFIGURADO - QUANTUM INDENIZATÓRIO EM OBSERVÂNCIA AOS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS MANTIDOS - INEXISTÊNCIA DE LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ - RECURSO IMPROVIDO.

1. O Banco réu responde pelo defeito na prestação do serviço, independentemente da existência de culpa (art. 14, CDC), de modo que a negativação do nome do autor por contrato de financiamento, firmado em momento posterior a sua exclusão da cotitularidade de conta-corrente existente junto à instituição financeira, é conduta apta a ensejar o dever de indenizar.

2. Evidenciada a ocorrência do ato ilícito, do dano e o nexo causal entre eles, é de ser confirmada a sentença que condenou o ofensor a indenizar o ofendido por danos morais, fixados dentro dos padrões de razoabilidade e proporcionalidade, diante das circunstâncias e do caso concreto. *Quantum* indenizatório de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) mantido.

3. Os honorários advocatícios fixados em 20% sobre o valor da condenação se mostram condizentes com o trabalho e zelo exigido do causídico do Autor, nos moldes do artigo 20, §3º do CPC de modo que não merece qualquer reprimenda.

4. Não havendo comprovação inequívoca de dolo processual do Banco Apelante, descabe sua condenação em litigância de má-fé.

7 FA/PR

16



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

176

5. Recurso que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do recurso de Apelação n.º 0315190-8; Acordam os Excelentíssimos Desembargadores integrantes da Quinta Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, **em negar provimento ao Recurso de Apelação**, tudo nos termos do voto do Relator e notas taquigráficas, que passam a fazer parte integrante deste aresto.

Recife, 02 de

de 2014.

Des. Agenor Ferreira de Lima Filho

Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

169

QUINTA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL N.º 315190-8.

COMARCA DE ORIGEM: Recife – 18ª Vara Cível.

APELANTE: Banco Santander (Brasil) S/A.

APELADO: Alexandre Serpa Augusto.

RELATOR: Des. Agenor Ferreira de Lima Filho.

RELATÓRIO

RECURSO:

- Trata-se de Apelação Cível (fls. 104/116) interposta pelo Banco Santander (Brasil) S/A, nos autos da Ação Declaratória de Inexistência de Débito c/c Indenização por Danos Morais nº 0004069-73.2013.8.17.0001, tendo como Autor Alexandre Serpa Augusto, ora Apelado.

SENTENÇA DE 1º GRAU:

- Dispositivo sentencial constante às fls. 98/101 dos autos, *ipsis litteris*:
“(…) Com efeito, julgo PROCEDENTE o pedido e condeno o banco Santander Brasil S/A, a indenizar o autor na quantia de R\$ 10.000,00(dez mil reais) com juros de mora de 1%(um por cento) ao mês, a partir do fato em janeiro de 2013 e correção monetária pela tabela Encoge a partir da sentença, torno definitiva a tutela antecipada, para que o Banco Réu retire a inscrição do nome do autor nos cadastros de inadimplentes relativamente a referência à conta bancária nº 010010359, Agência 4001 e contrato DE04001010010359, sob pena de multa diária de R\$ 1.000,00 (um mil reais).

7 FA/PR



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

170

Condeno o réu nas custas processuais e honorários advocatícios de 20% (vinte por cento)."

FUNDAMENTOS DO RECURSO:

- O Apelante alega, em síntese, que não há que se falar em indenização por danos morais, em razão da existência de culpa exclusiva da vítima, como causa excludente de responsabilidade.
- Ademais, afirma a inexistência de comprovação dos prejuízos causados de ordem psíquica ou a honra do Apelado, asseverando, alternativamente, que, se reconhecido, o dano moral deve ser arbitrado de forma razoável, devendo ser reduzido para um patamar menos excessivo.
- Por derradeiro, aduz que o percentual quanto a verba honorária se mostra excessiva, perseguindo a redução.
- Pugna, ao final, pelo conhecimento e provimento do recurso, reformando-se a decisão singular, nos termos aduzidos.

CONTRARRAZÕES:

- Instado a se manifestar, a parte Apelada apresentou Contrarrazões (fl. 83), rebatendo os argumentos do recurso, no sentido de manter intacta a decisão vergastada, e condenar a parte por litigância de má-fé, nos termos dos arts. 17, II e 18, do CPC.
- Em virtude de o valor da condenação não ultrapassar a importância de 60 (sessenta) salários mínimos, tampouco envolver a questão em lide matéria de alta indagação, por aplicação analógica do art. 551, §3º do



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

174

CPC, referendado pelo art. 76, Parágrafo Único, do RITJPE, fica dispensada a remessa dos autos ao revisor, ocasião em que peço pauta.

É o Relatório.

Recife, 16 de *junho* de 2014.

[Assinatura]
Des. Agenor Ferreira de Lima Filho
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

177

QUINTA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL N.º 315190-8.

COMARCA DE ORIGEM: Recife – 18ª Vara Cível.

APELANTE: Banco Santander (Brasil) S/A.

APELADO: Alexandre Serpa Augusto.

RELATOR: Des. Agenor Ferreira de Lima Filho.

VOTO DE MÉRITO

Conheço do recurso, porquanto presentes os pressupostos necessários a sua admissibilidade.

Cinge-se o debate do presente recurso em analisar se houve, na hipótese dos autos, a comprovação de que o Apelado teria notificado o banco Apelante para excluí-lo da co-titularidade de conta-corrente mantida com seu antigo sócio, de modo que as operações posteriores a esta data não lhe atingiriam, de forma que a ausência de prova nesse sentido ensejaria a culpa exclusiva do Apelado, como forma de excludente de responsabilidade. Após isso, passaremos a analisar a incidência, ou não, de indenização por danos morais decorrentes da negativação, assim como avaliar se o *quantum* fixado pelo juiz de piso obedece os parâmetros de proporcionalidade e razoabilidade.

Ab initio, é preciso salientar que a presente lide versa sobre o direito do consumidor, por este motivo, devem ser aplicadas todas as disposições da legislação consumerista, em especial o art 6º, VIII, do CDC, que dispõe sobre a inversão do ônus da prova nos casos em que

7 FA/PR

4



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

178

verossímil a alegação ou quando o consumidor for hipossuficiente, como no presente caso.

Com base nisso, o cerne de toda controvérsia é saber se houve notificação da instituição financeira Apelante, para fins de exclusão do Apelado da co-titularidade da conta-corrente mantida com o seu ex-sócio, o que, compulsando os autos, é fácil identificar, por meio das fls. 14/14-v.

Trata-se, pois, de documento específico para a "Exclusão de Titular(es)", onde identifico o nome do Apelado, assim como sua assinatura e anuência de seu ex-sócio e, no verso do respectivo documento, o carimbo de recebimento pelo Apelante, datado de 02/03/2012.

Imprescindível destacar que, em momento algum, a parte Apelante insurgiu-se contra tal carimbo de recebimento ou mesmo a rubrica nele constante, de forma a tornar incontroversa a questão.

Assim sendo, não se dispondo a Apelante a apresentar o contrato por meio do qual a dívida teria se originado, resta-me entender que a negativação do Apelado foi, de fato, indevida, considerando que a "data da ocorrência" se deu em 12/11/2012 (fls. 16), portanto, em momento posterior ao pedido de exclusão da cotitularidade por parte do Apelado.

Diante disso, é flagrante a responsabilidade do Apelante em indenizar o Apelado pelos prejuízos causados pela negativação indevida do seu nome nos órgãos de proteção ao crédito, com base no artigo 14 do Código de Defesa do Consumidor, que assim dispõe:

Art. 14. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação

7 FA/PR

5



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

179

dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.

Logo, no que concerne aos danos morais, é óbvio que a negativação indevida do nome do Apelado nos órgãos de proteção ao crédito é motivo suficiente para a condenação do Apelante nesta verba indenizatória.

Isto porque o dano moral, como por todos sabido, é lesão de um bem integrante da personalidade, tal como a honra, a intimidade, a liberdade, a saúde, a integridade psicológica, causando dor, vexame, sofrimento, desconforto e humilhação ao ofendido.

Em sua obra *Danni Morali Contratuali*, DALMARTELLO situa o dano moral, caracterizando-o como:

"... a privação ou diminuição daqueles bens que têm um valor precípua na vida do homem e que são a paz, a tranqüilidade de espírito, a liberdade individual, a integridade física, a honra e os demais sagrados afetos, classificando-os em dano que afeta honra, a parte social do patrimônio moral (reputação, etc.); dano que molesta a parte afeta do patrimônio moral (dor, tristeza, saudade, etc); dano moral que provoca direta ou indiretamente dano patrimonial (cicatriz deformante, etc.) e dano moral puro (dor, tristeza, etc)." (Apud Rui Stocco, ob. cit. p. 523).

YUSSEF SAID CAHALI define, magistralmente, o dano moral:

"Na realidade, multifacetário o ser anímico, tudo aquilo que molesta gravemente a alma humana, ferindo-lhe gravemente os valores fundamentais inerentes à sua personalidade ou reconhecidos pela sociedade em que está integrado, qualifica-se em linha de princípio, como dano moral; não há como

7 FA/PR



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

180

enumerá-los exaustivamente, evidenciando-se na dor, na angústia, no sofrimento, na tristeza pela ausência de um ente querido falecido; no desprestígio, na desconsideração social, no descrédito à reputação, na humilhação pública, no devassamento da privacidade; no desequilíbrio da normalidade psíquica, nos traumatismos emocionais, na depressão ou no desgaste psicológico, nas situações de constrangimento moral". (Dano Moral, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2ª edição, pág. 20/21).

Em suma, o dano moral indenizável é aquele que pressupõe dor física ou moral e se configura sempre que alguém aflige outrem injustamente, em seu íntimo, causando-lhe padecimento, atribulação, desgaste, constrangimento, angústia, alcançando valores prevalentemente ideais.

Com base nisso e analisando as peculiaridades do caso em epigrafe, é óbvio que a nova negatificação do nome do autor, ora Apelado, gerou novos constrangimentos perante terceiros, além de impedir a realização de operações financeiras necessárias a manutenção de sua economia própria, sendo devido, pois, novo dever de reparar o dano moral causado, o que se reconhece nesta oportunidade.

Nesse sentido, colhem-se da Jurisprudência em casos similares, *in verbis*:

APELAÇÃO CÍVEL. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C DANOS MORAIS. INSCRIÇÃO INDEVIDA NOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. DANO MORAL CONFIGURADO. Trata-se de ação declaratória de inexistência de débito cumulada com pedido de indenização por danos morais, calcada na alegação de inscrição indevida do nome do autor nos cadastros de inadimplentes, julgada

7 FA/PR

7



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

181

improcedente quanto ao pedido condenatório de danos morais, com julgamento do mérito e parcialmente extinto, sem resolução de mérito, com base no artigo 267, inciso VI, do CPC, pela falta de interesse de agir, com relação aos pedidos declaratório de inexistência de dívida e mandamental de exclusão do nome do autor dos cadastros de proteção ao crédito, relativamente à um débito levado a efeito nos cadastros de proteção ao crédito por ordem do demandado. No caso dos autos o demandado não logrou êxito em demonstrar a existência do vínculo jurídico relativo ao limite de crédito rebatido nesta ação, de modo que se revela imotivada e descabida a inscrição do nome do autor nos órgãos de proteção ao crédito. Logo, o demandado não se desincumbiu do ônus probatório que lhe recaia, de comprovar fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, "ex vi legis" art. 333, inc. II, do CPC. Caracteriza dano moral indenizável a inscrição indevida do nome do autor em sistema de proteção ao crédito. Provada que a negativação do nome do autor foi indevida, provado está o dano moral deste fato decorrente, tratando-se, pois, de dano "in re ipsa". Precedentes do STJ; O "quantum" da indenização por dano moral não deve ser irrisório, de modo a fomentar a recidiva, mas não deve ser desproporcional ou exagerado, de modo a acarretar enriquecimento. No caso concreto, o valor da indenização dos danos morais deve ser de R\$ 8.000,00 (...); Os juros moratórios incidentes sobre a indenização de dano moral fluem a contar da data do evento danoso que, no caso dos autos, é a data da inscrição indevida nos órgãos de proteção ao crédito segundo o entendimento sumular de n. 54 do e. STJ. A correção monetária deve incidir apenas a contar da data do arbitramento, como determinado na sentença, em consonância com a súmula nº 362 do STJ. APELAÇÃO PROVIDA.

(Apelação Cível Nº 70040481871, Vigésima Terceira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Newton Carpes da Silva, Julgado em 11/09/2012).

7 FA/PR

8



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

182

APELAÇÃO CÍVEL. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÍVIDA COM REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS. INSCRIÇÃO INDEVIDA NOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. CONTA CORRENTE INATIVA. DANO MORAL CONFIGURADO. Trata-se de ação declaratória de inexistência de dívida cumulada com indenizatória por dano moral, calcada na inscrição do nome da autora nos cadastros de proteção ao crédito, por dívida que, supostamente, seria referente as despesas de manutenção da conta corrente inativa. Aplicável ao caso a Resolução do Banco Central do Brasil, nº 2.025, a qual determina que a conta não movimentada por mais de seis meses deve ser considerada inativa. Precedentes do TJ/RS. É considerada ilícita a conduta do banco que, diante da ausência de movimentação da conta por parte do correntista durante mais de seis meses, permaneceu debitando indefinidamente as taxas, tarifas e encargos de manutenção da conta corrente; No caso dos autos, restou demonstrado que o debito que deu ensejo a negativização do nome da autora é oriundo de taxas e encargos que incidiram na referida conta bancária considerada inativa; Caracteriza dano moral indenizável a inscrição indevida do nome da autora em sistema de proteção ao crédito. Provada que a negativação do nome do autor foi indevida, provado está o dano moral deste fato decorrente, tratando-se, pois, de dano in re ipsa. Precedentes do STJ; APELAÇÃO DO RÉU DESPROVIDA, POR UNANIMIDADE. APELAÇÃO ADESIVA DA AUTORA DESPROVIDA, POR MAIORIA, VENCIDO O RELATOR QUE DAVA PROVIMENTO.

(Apelação Cível Nº 70035648179, Décima Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Niwton Carpes da Silva, Julgado em 08/09/2011).

9



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

183

APELAÇÕES CÍVEIS. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. AÇÃO DE REPARAÇÃO POR DANO MORAL. INSCRIÇÃO INDEVIDA NOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO: 1. DANO MORAL - Incontroverso que houve a falha na prestação de serviços por parte do banco réu, posto que não enviou ao autor carnê para pagamento. Primeira parcela do financiamento paga sem acréscimos dos encargos de mora, em razão da ausência do carnê e demais parcelas pagas via internet. Provada que a negatificação do nome do autor foi indevida, provado está o dano moral deste fato decorrente, tratando-se, pois, de dano in re ipsa. Precedentes do STJ. 2. QUANTUM INDENIZATÓRIO - Majoração da indenização dos danos morais para R\$5.000,00 é impositiva, pois já ficou claro que a fixação em patamares inferiores não tem logrado o intento desejado que é o de evitar a recidiva. O caráter didático-pedagógico derivado de tais condenas não tem atingido objetivo quando se trata de Bancos e Instituições Financeiras que, ao reverso, por outro lado, apresentam balancetes e lucros semestrais estratosféricos. DUPLA APELAÇÃO. APELAÇÃO DO AUTOR PROVIDA E APELAÇÃO DO RÉU DESPROVIDA.

(Apelação Cível Nº 70033432618, Décima Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Nilton Carpes da Silva, Julgado em 27/10/2010).

Quanto ao arbitramento do dano moral a ser indenizável, este deve se ater, ao prejuízo decorrente da dor imputada à pessoa, em razão de atos cujas consequências ofendem, indevidamente, seus sentimentos, provocando constrangimento, tristeza, mágoa ou atribulações na esfera interna pertinente à sensibilidade moral, definindo-o José Eduardo Callegari Cenci, inspirado em Wilson Melo da Silva:

7 FA/PR

10



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

124

"(...) Na conformidade desta doutrina, o dano moral teria como pressuposto ontológico a dor, vale dizer, o sofrimento moral ou mesmo físico inferido à vítima por atos ilícitos, em face de dadas circunstâncias (...).

Dano moral é, em síntese, o sofrimento experimentado por alguém, no corpo ou no espírito, ocasionado por outrem, direta ou indiretamente derivado de ato ilícito."

(in 'Considerações sobre o Dano Moral e sua Reparação', RT 683/46).

Desta forma, os critérios utilizados a fim de estipular o montante indenizatório por dano moral são de ordem subjetiva e objetiva, não devendo representar enriquecimento injustificado do ofendido e limitado à capacidade econômica do ofensor, sempre atendendo ao caráter inibitório e punitivo para este e de reparação e compensação daquele.

Neste ponto, à vista da inexistência de parâmetros legais, o Julgador deve observar os princípios da proporcionalidade e razoabilidade (REsp 797.836/MG, Rel. Ministro JORGE SCARTEZZINI, QUARTA TURMA, j. 02.05.2006).

Ainda nesse sentido, colhe-se da doutrina de Maria Helena Diniz e Rui Stoco, vejamos:

"A reparação pecuniária do dano moral é um misto de pena e satisfação compensatória. (...). Penal, constituindo uma sanção imposta ao ofensor. (...). Satisfatória ou compensatória, (...) a reparação pecuniária visa proporcionar ao prejudicado uma satisfação que atenua a ofensa causada."

11



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

(DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro. 16ª ed., São Paulo: Saraiva, 2002, p. 94, V. 7).

"Segundo nosso entendimento a indenização da dor moral, sem descurar desses critérios e circunstâncias que o caso concreto exigir, há de buscar, como regra, duplo objetivo: caráter compensatório e função punitiva da sanção (prevenção e repressão), ou seja: a) condenar o agente causador do dano ao pagamento de certa importância em dinheiro, de modo a puni-lo e desestimulá-lo da prática futura de atos semelhantes; b) compensar a vítima com uma importância mais ou menos aleatória, em valor fixo e pago de uma só vez, pela perda que se mostrar irreparável, ou pela dor e humilhação impostas."

(STOCO, Rui. Tratado de Responsabilidade Civil, 6ª ed., São Paulo: RT, 2004, p. 1709.).

Cumprе ressaltar, as lições de Caio Mário da Silva Pereira (in Responsabilidade Civil, 4ª ed., 1993, p. 60) e Sergio Cavalieri Filho (na obra Programa de Responsabilidade Civil, 8ª ed., Editora Atlas S/A, 2009, p. 93), ao tratarem do arbitramento do dano moral, transcritas nos seguintes termos:

"A vítima de uma lesão a algum daqueles direitos sem cunho patrimonial efetivo, mas ofendida em um bem jurídico que em certos casos pode ser mesmo mais valioso do que os integrantes de seu patrimônio, deve receber uma soma que lhe compense a dor ou o sofrimento, a ser arbitrada pelo juiz, atendendo às circunstâncias de cada caso, e tendo em vista as posses do ofensor e a situação pessoal do ofendido. Nem tão grande que se converta em fonte de enriquecimento, nem tão pequena que se torne inexpressiva."



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

186

"Creio, também, que este é outro ponto onde o princípio da lógica do razoável deve ser a bússola norteadora do julgador. Razoável é aquilo que é sensato, comedido, moderado; que guarda uma certa proporcionalidade. A razoabilidade é o critério que permite cotejar meios e fins, causas e conseqüências, de modo a aferir a lógica da decisão. Para que a decisão seja razoável é necessário que a conclusão nela estabelecida seja adequada aos motivos que a determinaram; que os meios escolhidos sejam compatíveis com os fins visados; que a sanção seja proporcional ao dano. Importa dizer que o juiz, ao valorar o dano moral, deve arbitrar uma quantia que, de acordo com o seu prudente arbítrio, seja compatível com a reprovabilidade da conduta ilícita, a intensidade e duração do sofrimento experimentado pela vítima, a capacidade econômica do causador do dano, as condições sociais do ofendido, e outras circunstâncias mais que se fizerem presentes."

Assim, diante da hipótese dos autos, considero que o *decisum* vergastado se ateu aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade, levando-se em consideração a condição financeira do Banco Réu e do Autor, de forma que não se mostra elevado o '*quantum indenizatório*' arbitrado em R\$ 10.000,00 (dez mil reais), pelo que o mantenho.

Por derradeiro, considero que o percentual de 20% (vinte por cento) arbitrado pelo Juiz sentenciante, considera-se condizente com o zelo, a presteza e a natureza da ação, devendo ser mantida.

No que tange ao pedido de condenação por litigância de má-fé contido nas Contrarrazões, importante destacar que o artigo 17 do Código de Processo Civil, prescreve que, "*reputa-se litigante de má-fé aquele que: I - deduzir pretensão ou defesa contra texto expresso de lei ou fato incontroverso; II -*

7 FA/PR

13



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

187

alterar a verdade dos fatos; III - usar do processo para conseguir objetivo ilegal; IV - opuser resistência injustificada ao andamento do processo; V - proceder de modo temerário em qualquer incidente ou ato do processo".

A propósito, Celso Agrícola Barbi ensina que *"a idéia comum de conduta de má-fé supõe um elemento subjetivo, a intenção malévola. Essa idéia é, em princípio, adotada pelo direito processual, de modo que só se pune a conduta lesiva quando inspirada na intenção de prejudicar"* (Comentários ao Código de Processo Civil, I/83).

Sobre o mesmo tema, Humberto Theodoro Júnior assinala que, *"para os fins do artigo 17, é preciso que o litigante adote intencionalmente conduta maliciosa e desleal"* (Código de Processo Civil Anotado, p. 13).

Verifica-se que tal orientação é seguida pelos Tribunais do País, ao assentarem que: *"para que o litígio seja de má-fé é indispensável a prova, extreme de dúvida de qualquer das hipóteses do artigo 17 do CPC"* (Adcoas, 1987, nº 115.339).

"Não se pode reputar de má-fé, mesmo porque a presunção é em sentido contrário, quanto àquele que procura resolver em juízo uma controvérsia, ou quem exerce o direito subjetivo de defesa. Presume-se que os litigantes estejam sempre de boa-fé, não obstante erros palmares, segundo o entendimento de quem julga. Incide a regra quando ocorre na dedução de pretensão manifesta e dolosa intenção de prejudicar, ou causar dano e por igual na defesa. A falsa ou errônea interpretação do fato ou do direito é da contingência humana. Se assim não fosse, num mundo de perfeição, desnecessária a função estatal de aplicar a lei aos casos concretos" (Apelação Cível nº 2138444 - 1º



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

138

TACivSP, rel. Juiz Bandeira de Mello, Jurisprudência Informatizada Saraiva, CdRom nº 15).

"Só há litigância de má-fé quando comprovado dolo processual, resistência completamente injustificada, intenção malévola. Alegações e resistência, mesmo desarrazoadas, mas dentro do princípio do contraditório, não constituem litigância de má-fé" (Agravado de Instrumento nº 10297 - TASC, rel. Des. Amaral e Silva, Jurisprudência Informatizada Saraiva, CdRom nº 15).

Ocorre que, no caso em análise, não vislumbro dolo processual apto a ensejar uma litigância de má-fé, sendo que os atos praticados pelo apelante enquadram-se no regular exercício do direito de defesa de seus interesses, que considera legítimos, não estando evidenciado qualquer propósito de prejudicar o andamento do feito ou o direito do Apelado estar em Juízo, não estando atingida a dignidade da Justiça.

Face ao exposto, **nego provimento ao presente recurso**, mantendo-se intacta a sentença vergastada, em todos os seus termos.

É como Voto.

Recife, 02 de  de 2014.

Des. Agenor Ferreira de Lima Filho
Relator